



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 126

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 300^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício

— De Presidente de Comissão Mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre matéria que menciona. Deferido.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituições de membros em comissão mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 83, de 1985, que dá nova redação aos artigos 17 e 217 da Constituição Federal.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista

1.3.3 — Pronunciamentos de Lideranças

SENADOR MARCONDES GADELHA — Importância da matéria objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO RALPH BIASI — Resposta ao discurso pronunciado pelo Senador Roberto Campos

na sessão de ontem do Senado Federal, em que tecer críticas à política econômica da Nova República.

DEPUTADO CELSO BARROS — Comentários sobre a PEC 83/85, lida na presente sessão, que dispõe sobre eleições em todos os níveis para Brasília.

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Apreciação ao discurso pronunciado pelo Sr. Ralph Biasi na presente sessão.

1.3.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 12 minutos com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 301^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE OUTUBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Situação em que se encontra a República Libanesa.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Sugestões de S. Ex^a aos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro, no sentido de incluírem em sua plataforma de governo, a criação de uma secretaria para cuidar do problema das favelas daquela cidade.

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES — Rebatendo críticas do Sr. Eduardo Galil, feitas na presente sessão, ao governo atual.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21/85-CN, aprovando os textos dos Decretos-Leis nºs 2.149, de 3 de julho de 1984, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências; e 2.177, de 3 de dezembro de 1984, que altera os valores e percentuais constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 2.149, de 3 de julho de 1984, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/85-CN aprovando o texto do Decreto-Lei nº 2.152, de 18 de julho de 1984, que estende o prazo limite fixado no Decreto-Lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. Votação adiada por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 300^a Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura
Presidência do Sr. José Fragelli

AS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

— Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martinis Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo

Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Alabano Franco — Heráclito Rollemberg — Jutah Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Catmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison

Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSE LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldo Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Quicrioz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Vítor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Corrêa Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçiléio — PDS; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Alfredo Marques — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Assunção de Macêdo — PMDB; Jessé Freire — PFL; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ahuzio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

— PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Walter Baptista — PMDB; Carlos Magalhães — PDS.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PFL; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissom Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevílir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Coimbra — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Pecanha — PFL; Décio dos Santos — PDT; Denízar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Eduardo Galil — PDS; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabirola — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gali — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achá — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Itirival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS; Edson Garcia — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kiffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceio — PFL; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darci Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Harry Sauer — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárcio Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Moçarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 326 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido e deferido o seguinte

Em 3 de outubro de 1985.

OF. nº 057/85-SCM

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 73 e 74, de 1985, que "altera e acrescenta parágrafos ao art. 168 da Constituição Federal; altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 168 da Constituição Federal", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do

prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerrará dia 10 do corrente.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Senador Milton Cabral, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e distinta consideração. — Deputado Bayma Júnior, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

E lida a seguinte

Brasília, 2 de outubro de 1985
Ofício nº 291/85

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar que seja procedida a substituição dos Deputados José Fernandes, Gerson Peres e Antônio Mazurek pelos Deputados Francisco Rollemburg, Jonas Pinheiro e Nelson Costa, na representação do Partido Democrático Social — PDS, na composição da Comissão Mista para emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 1985, que "dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório".

Na oportunidade, renewo a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e consideração. — Prisco Viana, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº. 83, de 1985.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 72, § 1º, alínea B, do Regimento Comum, a proposta teve preferência para recebimento em virtude de estar subscrita por 46 Srs. Senadores e 321 Srs. Deputados.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da proposta.

E lida a seguinte

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO
Nº 83, de 1985****Dá nova redação aos artigos 1º e 217
da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 4º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 17. O Distrito Federal reger-se-á por Lei Orgânica e demais leis que adotar, contando com Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário próprios, relativamente aos quais, no que respeita à Constituição, organização e funcionamento observar-se-ão, no que couber, os princípios e disposições constantes do art. 18 desta Constituição.

§ 1º O Distrito Federal disporá de Prefeituras Regionais e de Câmaras de Representantes Regionais.

§ 2º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos das Prefeituras Regionais e os Membros das Câmaras de Representantes Regionais serão eleitos por sufrágio direto e secreto.

§ 3º A Constituição, organização e funcionamento das Prefeituras — Regionais e das Câmaras de Representan-

tes Regionais reger-se-ão pelo que dispuser a Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 4º Lei Federal disporá sobre a organização administrativa e Judiciária dos Territórios Federais.

§ 5º Os Governadores dos Territórios Federais serão nomeados pelo Presidente da República."

Art. 2º O art. 217 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 217. As primeiras eleições para Governador, Vice-Governador, Membros da Assembléia Legislativa do Distrito Federal, Prefeitos e — Vice-Prefeitos Regionais, e Membros das Câmaras de Representantes Regionais, realizar-se-ão em 15 de novembro de 1986."

Parágrafo único. A Assembléia Legislativa elaborará e votará a Lei Orgânica do Distrito Federal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua instalação."

Justificação

A presente emenda decorre de iniciativa do Deputado Paulo Xavir, Suplente de Deputado Federal pela Paraíba, radicado há 28 anos em Brasília, onde integra a Comissão Regional Provisória do PFL no Distrito Federal.

Foi apresentada inicialmente em debate na reunião do PFL do dia 20-8-85, e aprovada entusiasticamente, por aclamação, pelo Plenário.

Todos sabemos da premente necessidade do Distrito Federal poder escolher seus próprios dirigentes, Governador, Vice-Governador e membros da Assembléia Legislativa. Uma vitória parcial alcançou-se com a recente Emenda Constitucional nº 25, pela qual passará o Distrito Federal a contar com representantes, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados.

Isso, contudo, não é suficiente. Os eleitores da Capital da República exigem a observância de seu inalienável direito, que não lhes pode ser negado, de escolher todos os seus dirigentes e representantes, a nível de Poder Executivo e Legislativo próprios, bem como a nível de representantes locais das várias comunidades que aqui vivem, a fim de se estabelecer um canal de ressonância dos anseios e das necessidades de toda a população.

Estabelecer-se-á a escolha de Governador e de Vice-Governador realizada pelo voto direto e secreto teremos, como primeira consequência, evitado que aportem ao Distrito Federal, Governadores nomeados que nele nunca viveram, e que nada conhecem das características, necessidades e dificuldades inerentes à Capital da República, improvisando soluções que de modo algum se adaptam às suas origens, sem indagar dos problemas não resolvidos e das novas questões pendentes, somente recordando-se do Distrito Federal através de noticiários jornalísticos.

Somos nós que pensam que, muito ao contrário de se abster do contato político, deve o Distrito Federal vivê-lo mais intensamente do que outras localidades brasileiras, haja visto se localizar aqui a sede da política nacional. Portanto, não nos causa temor o fato de Brasília tomar consciência de suas obrigações e de seus direitos políticos.

Aliás, foi esse mesmo pensamento que levou o saudoso Presidente Tancredo Neves a se manifestar favoravelmente às eleições em todos os níveis, para o Distrito Federal,

em pronunciamento realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, logo após a sua memorável vitória no Colégio Eleitoral. Esse mesmo compromisso está firmado pela Aliança Democrática, assinado em julho de 1984, como consta expressamente do seu item primeiro, e o Presidente da República José Sarney, ao dizer que "os compromissos de Tancredo Neves são os nossos compromissos", sem dúvida alguma assumimos perante a população do Distrito Federal o compromisso de reconhecer seu direito de realizar eleições em todos os níveis.

Assim, estamos certos de que a eleição direta do Governador e do Vice-Governador, a criação da Assembléia Legislativa do Distrito Federal, de Câmaras de Representantes Regionais e das Prefeituras Regionais do Distrito Federal, são medidas impostaáveis, principalmente por conferir aos seus cidadãos a corresponsabilidade pela administração da coisa pública.

A criação de Prefeituras Regionais e de Câmaras de Representantes Regionais em nada descharacteriza a natureza jurídica do Distrito Federal, eis que a Emenda Paulo Xavier não cria municipalidades ou edilidades, mas tão-somente descentraliza os serviços administrativos e representativos da população, trazendo o mais próximo possível desta a máquina administrativa do Distrito Federal. Através dessas Prefeituras e dessas Câmaras, a população terá acesso mais direto aos administradores, levando-lhes suas reivindicações e necessidades. Além, hoje já existe a figura da Administração Regional sem personalidade jurídica, dividindo o Distrito Federal em áreas administrativas. Pretende-se, tão-somente, elevando essas Administrações a nível autárquico, dar-lhes personalidade jurídica própria, prescrevendo, contudo, sejam seus dirigentes escolhidos diretamente pelo povo, através do voto direto e secreto.

Assim, pelas considerações expendidas, esperamos o integral apoio do Congresso Nacional a esta iniciativa, fazendo com que a presente Proposta se integre ao texto constitucional.

A Emenda Paulo Xavier é um marco histórico na vida política, social e administrativa de Brasília.

DEPUTADOS: Altair Chagas — Roberto Jefferson — Marcelo Linhares — José Ribeiro Machado — Paulo Guerra — Mozarido Cavalcanti — Antônio Pontes — Luís Dulci — Samir Achôa — Lélio Souza — Adail Vettorazzo — Edme Tavares — Edison Lobão — Raul Bernardo — Assis Canuto — José Melo — João Divino — Denisar Arneiro — Wall Ferraz — Freitas Nobre — Celso Sabóia — Márcio Braga — Francisco Sales — Jacques D'Ornellas — Carmelso Arnaud — Santinho Furtado — Antônio Osório — Joacil Pereira — Dionísio Hage — Francisco Amaral — Juarez Batista — João Alves — Oswaldo Lima Filho — Roberto Freire — Alcides Lima — Walter Casanova — José Fogaça — José Tavares — José Frejat — Olavo Pires — Dirceu Carnetru — Farabulini Júnior — Brabo de Carvalho — Ubaldo Barém — Francisco Dias — Nelson do Carmo — João Gilberto — Irajá Rodrigues — Márcio Macedo — Leônidas Sampaio — João Rebelo — Ossian Araripe — Mário Juruna — Simão Sessim — Celso Barros — Haroldo Sanford — Bayma Júnior — José Luiz Maia — Sérgio Cruz — Geovani Borges — José Maria Magalhães — Renato Vianna — Sérgio Philoméno — Jorge Arbage — Luiz Henrique — Moysés

Pimentel — Orestes Muniz — José Fernandes — Adroaldo Campos — Joaquim Roriz — Mauro Sampaio — Vicente Queiroz — Genebaldo Correia — Hermes Zaneti (apoiamento) — Inocêncio Oliveira — João Carlos de Carli — Dílson Fanchin — João Faustino — Alécio Dias — José Carlos Fagundes — João Batista Fagundes — Ivo Vanderlinde — Mário Frota — João Alberto de Souza — Wolney Siqueira — Nossa Almeida — Osvaldo Melo — Celso Peçanha — Guido Moesch — Mário Lima — Marcondes Pereira — Hélio Manhães — Pedro Germano — José Colagrossi — Theodoro Mendes — Nilson Gibson — Raymundo Urbano — Wilson Vaz — Irma Passoni — Manoel Affonso — Wildy Viana — Tobias Alves — Myrthes Bevillacqua — Irineu Collato — Aurélio Peres — Fernando Color — Tídel de Lima — Oscar Alves — Ademir Andrade — Iturival Nascimento — Cláudio Philomeno — Amaury Müller — Rosemberg Romano — José Moura — Valmor Glavarina — Carlos Vinagre — Arthur Virgílio Neto — Francisco Erse — Casildo Maldaner — Nyder Barbosa — Max Mauro — Aroldo Moletta — Sérgio Lomba — Paulo Zarzur — Doreto Campanari — Sebastião Ataíde — Fernando Cunha — JG de Araújo Jorge — Darcy Pozza — Antônio Mazzrek — Antônio Dias — José Genoino — Bonifácio de Andrade — Agnaldo Timóteo — Carlos Wilson — Walber Guimarães — Meio Freire — Paulo Mincarone — Márcio Lacerda — Léo Simões — Henrique Eduardo Alves — Arlindo Teles — Jessé Freire — Oswaldo Murta — Nilton Alves — Osmar Leitão — Alceni Guerra — Tapety Júnior — Djalma Bom — Gomes da Silva — Sarney Filho — Ary Kffuri — Anselmo Peraro — Jonas Pinheiro — Jorge Vargas — Italo Conti — Eurico Ribeiro — José Burnett — Tarcisio Buriti — Christóvam Chiaradia — Ruy Bacelar — Francisco Benjamim — Ciro Nogueira — Juarez Bernardes — Walmor de Luca — Aldo Pinto — Walter Baptista — João Herculino — Albino Coimbra — Ralph Biasi — Cunha Bueno — Josias Leite — Amaral Netto — Floriceno Paixão — Pedro Corrêa — Gastone Righi — Jairo Azi — Gilson de Barros — Aluizio Bezerra — Siqueira Campos — Paulo Melro — Ernesto De Marco — Osvaldo Nascimento — Maurílio Ferreira Lima — Francisco Rollemburg — Artenir Werner — Fernando Gomes — Bete Mendes — Antônio Amaral — Dimas Perrin — Fernando Santana — Heráclito Fortes — Júlio Martins — Oswaldo Trevisan — Carlos Peçanha — Félix Mendonça — Harry Amorim — Wilmar Palis — Figueiredo Filho — Homero Santos — Jorge Viana — José Penedo — Raymundo Asfóra — Antônio Gomes — Geraldo Melo — Aluizio Campos — Múcio Athayde — Paulo Nogueira — Renato Bernardi — Manoel de Souza — Cássio Gonçalves — Doso Coimbra — Nadyr Rossetti — Afrísio Vieira Lima — Rômulo Galvão — Cardoso Alves — Rosa Flores — Salvador Julianelli — Luiz Leal — Júnia Marise — Lázaro Carvalho — Jorge Cury — José Carlos Vasconcelos — Cid Carvalho — Leo de Almeida Neves — Santos Filho — Luiz Sefair — Rubens Ardenghi — Delson Scarano — Ludgero Raulino — Ailton Sandoval — Alencar Furtado — Hélio Duque — Amadeu Gera — Aécio Cunha — Octacílio de Almeida — Furtado Leite — Roberto Rollemburg — Oly Fachin — José Lourenço — Gorgônio Neto — Diogo Nomura — Dario Tavares — Egidio Ferreira Lima — Jorge Uequed — Randolpho Bittencourt — José Carlos Fonseca — Rosário Congro Neto — Manoel Costa Júnior — Mansueto de Lavor — Marcos Lima — Pau-

lo Marques — Leur Lomanto — Jorge Medauar — José Machado — Alcides Francisco — Manoel Ribeiro — Flávio Bierrenbach — Ferreira Martins — Gerson Peres — Darcilio Ayres — Wilson Falcão — Márcio Santilli — Eraldo Tinoco — Enoc Vieira — Irapuan Costa Júnior — Mário Assad — Ubaldino Meirelles — Jorge Carone — João Herrmann Neto — João Marques — Pratini de Moraes — Moacir Franco — Hamilton Xavier — Alair Ferreira — Carlos Alberto de Carli — Pacheco Chaves — Marcelo Cordeiro — Plínio Martins — Francisco Studart — Mário Hato — Clemir Ramos — José Jorge — Norton Macedo — Manoel Novaes — Adhemar Santillo — Sebastião Curió — Prisco Viana — José Mendonça Bezerra — Edson Tessier — Vieira da Silva — Virgílio de Senna — João Paganella — Haroldo Lima — Pedro Sampaio — José Maranhão — Fernando Magalhães — Bento Porto — Luiz Guedes — Leorne Belém — Navarro Vieira Filho — Ailton Soares — Fued Dib — Augusto Franco — Paulo Maluf — Emílio Haddad — Francisco Pinto — Natal Gale — Nelson Costa — Borges da Silveira — Mendes Botelho — Manuel Viana — Brasílio Caiado — Mário de Oliveira — Wagner Lago — Carlos Eloy — Epitácio Bittencourt — César Cals Neto — Theodoro Ferraço — Celso Carvalho — Nelson Marchezan — Ávaro Valle.

SENADORES: José Lins — Enéas Faria — Altevir Leal — Roberto Wypych — Fábio Lucena — Alcides Paio — Alberto Silva — Itamar Franco — Alvaro Dias — Mário Maia — Helvídio Nunes — João Lobo — Luiz Cavalcante — Cid Sampaio — Carlos Chiarelli — Carlos Lyra — Virgílio Távora — Milton Cabral — Lenoir Vargas — Gabriel Hermes — Galvão Modesto — João Calmon — Humberto Lucena — Guilherme Palmeira — Heráclito Rollemburg — Carlos Alberto — Amaral Peixoto — Alexandre Costa — Nelson Carneiro — Nivaldo Machado — Jutahy Magalhães — César Cals — Jorge Kalume — Lomanto Júnior — Hélio Gueiros — Alfredo Campos — Alcides Saldanha — Henrique Santillo — Martins Filho — Moacyr Dalla — Odacir Soares — Marcondes Gadelha — Gastão Müller — Albano Franco — Benedito Canelas — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Henrique Santillo, Severo Gomes, Alberto Silva, Alcides Saldanha e os Srs. Deputados Antônio Câmara, Doso Coimbra, João Herculino, Múcio Atayde e Milton Figueiredo.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Moacyr Duarte, Odacir Soares, Lomanto Júnior, Aloisio Chaves e os Srs. Deputados Leorne Belém, Eurico Ribeiro e Amaral Netto.

Pelo Partido da Frente Liberal — Marcondes Gadelha, Lourival Baptista, José Lins e os Srs. Deputados Altair Chagas e Antônio Pontes.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Deputado Arlindo Teles.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 4 de novembro próximo.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Ex^a a palavra, como Líder.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Congresso Nacional reúne-se nesta data para a leitura da Proposta de Emenda Constitucional nº 83/85, que trata basicamente das tão ansiadas eleições gerais no Distrito Federal, em 15 de novembro de 1986.

A Emenda coloca o problema de mais de um milhão e meio de brasilienses que não votam, não têm oportunidade de se manifestar sobre o destino político, social e administrativo de sua cidade, que já conta com vinte e cinco anos de existência.

Este tema tem sido levantado inúmeras vezes, e até o presente momento não teve resposta que satisfizesse a população de Brasília, a qual, impossibilitada de ser eleitora, organiza-se, de maneira precária, em abundantes associações, quase sempre à margem da lei, que não lhe permite ainda o direito do voto.

O quadro é injusto e responsabiliza de forma definitiva o Congresso Nacional, que terá a oportunidade, agora, de reabilitar o processo eleitoral na Capital da República e arrancar do ostracismo eleitoral um milhão e meio de cidadãos cassados, conforme expressou muito bem o saudoso Presidente Tancredo Neves, ao ser eleito, quando afirmou: "conheço homens cassados, mas jamais conheci cidades cassadas..."

Por outro lado, estão bem vivas as palavras do Presidente José Sarney, de que "os compromissos de Tancredo Neves são os nossos compromissos. O que ele prometeu realizar, ao longo de nossa campanha política, será fielmente realizado. Nada será esquecido".

Evidentemente, o Chefe da Nação referia-se também às palavras proferidas por Tancredo Neves, um dia após sua eleição pelo Colégio Eleitoral, quando enfatizou que o Governador do Distrito Federal seria eleito diretamente e que a representação política local seria ampliada.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é o momento de demonstrarmos que a Nova República veio para ficar, para cumprir seus compromissos, entre os quais a alteração da estrutura política e institucional do nosso País, e o exemplo deve começar pela aprovação da Emenda Paulo Xavier.

Não é possível falar-se em soerguimento nacional, enquanto não resolvemos problemas políticos básicos como o de Brasília, a Capital da Esperança, esperança esta que se tornou símbolo do sentimento nacional, das aspirações de liberdade e igualdade, justiça social e desenvolvimento, no sentido mais amplo, ou seja, o reconhecimento definitivo e histórico do direito de votar e ser votado.

Quis a História, que, através do Partido da Frente Liberal, do Distrito Federal, chegassem ao Congresso Nacional tão justa reivindicação, para unir todos os Partidos políticos numa só bandeira. O esforço desses companheiros da Frente Liberal de Brasília será recompensado com nosso trabalho conjunto, oportuno e definitivo, sem apelar para soluções precárias e parciais, para devolver-lhes a faculdade de escolha que todo o sistema democrático pressupõe. Não se está forjando um Estado comum em Brasília, pois a Emenda não cria edilidades nem Municípios. A alternativa só foi possível por ter partido de um professor de Direito Constitucional, que evitou erros jurídicos e técnicos, o Deputado Paulo Xavier, suplente de Deputado Federal pelo Partido da Frente Liberal da Paraíba, Valeu-se ele da cooperação e co-autoria do Deputado Altair Chagas, também do PFL, de Minas Gerais, que, sensibilizado, lhe emprestou assinatura para tramitação da matéria no Congresso Nacional.

A proposta recebeu aprovação prévia da Comissão Provisória Regional do Distrito Federal, aplaudida e aclamada pelo Plenário do PFL, sob a presidência desse homem pioneiro, engenheiro competente e empresário de exemplar sucesso, Osório Adriano Filho, sem cuja inteligência e sensibilidade política, para aplaudir a idéia

da bandeira gigante das eleições diretas no Distrito Federal, Brasília continuaria no ostracismo de que tanto lamentava o Presidente Tancredo Neves.

Sr. Presidente, Brasília, é cidade que conta com uma população superior a, pelo menos, cinco Estados da Federação, é cidade que paga ICM numa escala superior a onze unidades da Federação e que já tem uma população que esperava contar no ano 2000, constitui-se uma massa crítica político-institucional respeitabilíssima. A nossa esperança é que este Congresso volte os seus olhos e se debruce, com entusiasmo, sobre esta proposta e a faça tornar realidade, realizando o grande sonho dos pioneiros, o grande sonho dos brasilienses de que esta cidade deixe de ser caudatária, em termos de iniciativa política, e se torne o centro das grandes inspirações e não apenas aspirações deste País. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Ralph Biasi.

O SR. RALPH BIASI (PMDB — SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assomo à tribuna para, em nome do PMDB: responder às críticas que o Senhor Roberto Campos fez ontem ao assomar a tribuna do Senado. Mais uma vez, esqueceu S. Ex^a que o papel da "besta do Apocalipse" é confundir as palavras. E, tentando encarnar o "Profeta do Apocalipse", procura incutir nas nossas cabeças que a história pode se repetir.

Esta atitude em nada contribui neste momento particularmente grave da economia brasileira, onde se procura reduzir as seqüelas deixadas pelos anos do regime de exceção: recompondo as rendas dos trabalhadores, diminuindo o custo do endividamento interno e ampliando a participação da sociedade, através do Congresso Nacional, no debate da política econômica. Esta última tarefa é particularmente difícil, quando esbarra na legislação autoritária criada na época da passagem do Senador Roberto Campos pelo Governo.

A novidade do discurso do Senador acontece quando este acusa o Ministro Delfim Netto de impostor. Se não, vejamos. O Senador Roberto Campos começou o seu discurso relacionando declarações de intenções do Ministro Delfim, comparando-as com anúncios de política feitos pelo Governo da Nova República, ou pelo que chama de "jovem guarda".

Com isso o Senador quer dizer que a nova política econômica é uma repetição do Delfim de 1979 e que não vai dar certo. Mas não decorre daí que a política da Nova República vai fracassar, como pretende dizer S. Ex^a.

E que há uma grande diferença entre o que Delfim Netto anunciou e o que efetivamente praticou. Em 79, como disse o Senador Campos, o então Ministro Delfim anunciou a retomada do crescimento — e praticou a maior recessão jamais vista na história econômica do Brasil. Deixou-nos 13 milhões de desempregados, as empresas com capacidade ociosa, uma queda na renda per capita e sobretudo o empobrecimento dos mais pobres.

Disse Delfim, nessa mesma época, em 79, como ainda notou o Senador Campos, que era preciso reduzir juros para abrir espaço ao investimento privado. Os economistas da Nova República — de fato — dizem exatamente à mesma coisa, e essa é uma teoria correta. A diferença, que o Senador Campos não notou, é que o Senhor Delfim elevou as taxas de juros a patamares inéditos.

Os economistas da Nova República, a "jovem guarda" de que fala o Senador Campos, está fazendo exatamente o contrário: está reduzindo os juros, de fato, reduzindo as taxas que o Governo anterior elevou. E tanto essa política abre espaço ao setor privado, que grandes banqueiros, como Amador Aguiar, saíram em defesa dessa redução dos juros, agora efetivamente praticada. Grandes empresários também, como Antônio Ermírio de Moraes, têm apoiado a política praticada neste momento pela área econômica do Governo do Presidente José Sarney.

O Senador Campos disse que a nova política econômica é uma espécie de "gouartismo sofisticado" e que tem muitos esquerdistas no comando da economia. Será que personalidades como Amador Aguiar e Antônio Ermírio

de Moraes participaram desse grupo? O Senador Campos tem conceitos, efetivamente curiosos.

Mas, continuando. O Senador Campos lembrou declarações de Delfim Netto a favor do controle de preços como forma de combater a inflação e que a Nova República faz o mesmo. Mas, o ex-Ministro Delfim, enquanto falava do controle de preços, na prática, o que fez? Permitiu que a inflação disparasse e controlou os salários. Controlou não, arrochou os salários, levando a perdas reais de 25,30%. A retórica do controle de preços era apenas uma peça para justificar o arrocho salarial.

Os salários foram para baixo. E os preços? A inflação foi sucessivamente passando de patamares de 40% para 100%; finalmente para 200% e, ao iniciar-se o Governo da Nova República, a expectativa era de uma inflação já estourando os 400%.

O Governo da Nova República de fato controlou os preços: E o que conseguiu? Reverteu realmente as expectativas inflacionárias e vai conseguir manter a inflação no patamar dos 200%, o que é uma extraordinária vitória.

E chamo a atenção, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o Governo conseguiu segurar a inflação sem arrochar os salários. Ao contrário, aumentou o salário mínimo acima do INPC, os salários do funcionalismo foram reajustados dez pontos acima do INPC e todas as categorias de trabalhadores têm obtido aumentos reais de salários. O que o Governo tem mostrado preocupação é com a velocidade da recomposição salarial em alguns setores, que pode ter efeitos inflacionários. Mas o Governo tem declarado que apóia a reposição salarial, a recomposição das perdas da recessão do Governo anterior. Este Governo está promovendo de fato a reposição salarial.

Finalmente, lembra o Senador Campos que Delfim garantiu que não iria ao FMI. Foi. E novamente eis o Senador Campos denunciando imposturas. Delfim Netto foi ao FMI, aceitou as receitas do FMI e levou o Brasil à pior recessão de sua história.

O Governo do Presidente José Sarney adota postura bem diferente. Não é que ele tenha de ir ao FMI. A Velha República já nos deixou lá, já nos deixou com uma dívida de 100 bilhões de dólares, com um déficit público que temos de administrar responsávelmente.

Mas, ao contrário do Sr. Delfim, este Governo rejeita a cartilha do FMI. Vamos negociar, mas conforme os parâmetros estabelecidos por nós mesmos. E esta é a diferença: este Governo, como o Presidente José Sarney anunciou em Nova Iorque, rejeita qualquer política recessiva.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Permite-me um aparte?

O SR. RALPH BIASI — Com muito prazer.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO — Nobre Deputado, fico imaginando quando se fala muito na Nova República... a Nova República está tão desmoralizada que o seu melhor Ministro viveu vinte anos na ARENA e no PDS. A Nova República está tão desmoralizada que o mais autoritário dos Ministros era do PDS. E está tão desmoralizada que o único que apareceu como candidato à Presidência da República era da ARENA e do PDS. Acontece que no princípio do Governo todo o mundo concorda com tudo, os puxa-sacos estão aí para fazer média. V. Ex^a sabe como é que é. No princípio do Governo tudo é assim: muita gente que está do outro lado pula para o lado de cá, porque quer os benefícios do Governo. Agora, em relação à inflação, por favor, não minta para V. Ex^a mesmo, porque V. Ex^a sabe que esses índices são covardemente manipulados, hoje e ontem. No Governo passado também os manipulavam, e o que fazia o PDS? Fazia o mesmo que V. Ex^a faz agora: defendia o indefensável. Como é que V. Ex^a pode vir defender o indefensável? Como é que V. Ex^a pode? Defendia? Assuma e defendia, porque, Deputado, como é que poderíamos ter a inflação apenas de 9,1% se todos os produtos foram aumentados, se o petróleo, por exemplo, cujos preços eles estão segurando, custa dólares, e o dólar aumenta 40 cruzeiros por dia? Começaram aumentando 25, passaram para 35, hoje é 40 e todo o mundo fica caladinho. Sabe por quê? Porque esse é o famoso efeito cascata. E como eu sempre digo aqui, quem vive de conversa é

camelo e eu só conheço um que se deu bem até hoje, que é o Silvio Santos. Eu tenho muita pena do PMDB; porque escolheu um pedessista incompetente para governar o País, o Dr. José Sarney, homem que sempre se beneficiou de tudo no Governo passado. O PMDB sofre muito! Tenho pena, está sofrendo, porque votou no Tancredo, fez aquele carnaval todo para o Tancredo e agora está engolindo o Sarney. Mas dizer que o Sarney é Nova República, é brincadeira!...

O SR. RALPH BIASI — Nobre Deputado, é evidente, pelas suas colocações, que V. Ex^o não entende muito bem de política econômica e não acompanha o nosso trabalho como Presidente da Comissão de Economia, no qual fui um crítico permanente da política exercida pelo Sr. Dornelles, de quem eu discordava. Mas venho a esta tribuna justamente paradefender algo em que acredito.

O Sr. Eduardo Galil — V. Ex^o permite um aparte?

O SR. RALPH BIASI — Logo em seguida permitirei o aparte a V. Ex^o. Antes gostaria de, pelo menos, avançar um pouco mais no meu discurso.

Finalmente, o Senador Campos lembra a famosa frase do Ministro Delfim na Agricultura: "botar feijão na panela do povo". E o que houve depois? O Sr. Delfim logo abandonou a Agricultura em dois sentidos: deixou o Ministério e abandonou o setor, que se ressentiu nos últimos anos de falta de crédito, falta de apoio, falta de estímulos, preços mínimos realizáveis etc. A agricultura foi de fato uma das maiores vítimas da política de recessão da Velha República.

Em poucos meses, o Governo da Nova República já mostrou o que faz pela agricultura: aumentou o financiamento, dá novos rumos à política de preços mínimos, e quanto aos programas de alimentação popular, quero lembrar que uma das primeiras medidas do Governo da Nova República foi o lançamento do Programa de Prioridades Sociais, com gastos de 2 bilhões de dólares neste ano, e no próximo ano, conforme indicado na Lei de Meios já em tramitação neste Congresso, o Governo vai aplicar 4 bilhões de dólares em programas voltados especificamente para as populações mais pobres.

Aliás, a esse propósito, quero comentar a questão do corte de gastos. Diz o Senador Campos que o Ministro Sayad acha que "não há mais nada a cortar no setor público". Contrapõe isso às declarações do Ministro Funaro, que considera imprescindível cortar.

Penso que o Senador Campos não leia os documentos que chegam a este Congresso. Há duas semanas, esteve no plenário da Câmara dos Deputados o Ministro João Sayad, para declarar textualmente:

"O Estado brasileiro gasta com seu funcionamento muito mais do que deveria. Assim, o reequilíbrio financeiro do setor público não pode prescindir de um significativo corte de gastos."

Mas ainda aqui é preciso distinguir a Velha República. A Velha cortou gastos, mas o fez indiscriminadamente e atingiu justamente aqueles setores do Governo que prestam serviços às populações mais pobres. A febre amarela voltou ao Brasil porque faltaram alguns poucos bilhões de cruzeiros para a vacinação. Mas não faltaram automóveis para os gabinetes.

O Governo da Nova República, nos orçamentos que propôs a esta Casa e no Projeto do I PND-NR, assegura que o Governo não vai gastar consigo mesmo. Não vai gastar com a própria máquina. Mas não fará economia na prestação dos serviços básicos de saúde, educação, alimentação, segurança. E um novo tipo de austeridade que o Senador parece não ter percebido quando falou da proposta de Orçamento de 1986. S. Ex^o parece denunciar a existência de um déficit. Ora, a Nova República tem menos de sete meses. Por mais incompetentes que fossem os novos administradores, não conseguiram criar um déficit de 200 trilhões de cruzeiros e uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. A verdade é outra. O déficit está feito: a dívida contraída. O que fez este Governo foi ter a coragem de dizê-lo em público.

A unificação dos orçamentos, fiscal e monetário, atende aos compromissos da Aliança Democrática de tornar transparentes as contas do Governo. O Governo não

criou o déficit. Ele está mostrando o déficit que os orçamentos anteriores omitiram. O mérito é exibir o tamanho do déficit, principalmente o seu componente financeiro, hoje responsável por 40% das despesas do Governo. A Nova República está chamando o Congresso Nacional a debater este Orçamento, e examinar formas de controlar o déficit.

O último ponto que eu gostaria de abordar é a estratégia de crescimento responsável da Nova República, que surgiu com a convicção dos seus criadores — hoje no Governo — que existem ganhos reais ao se expandir o emprego, a produção, o investimento e o consumo. Tais ganhos devem ser comparados, na balança social, com os custos relacionados à estratégia de se implementar uma política de estabilização gradativa e que não sacrifique, desnecessariamente, o crescimento econômico. Em particular, a política econômica proposta pelo Governo enfatiza a necessidade de dar precedência às necessidades domésticas sobre as exigências dos credores externos. Isto é, um vigoroso não aos preceitos ortodoxos do FMI ou à proposta de austeridade do Senador Roberto Campos.

Infelizmente, o Senador Roberto Campos não entendeu porque o refinanciamento parcial de juros, seja sob a forma de dinheiro novo, seja sob a forma de capitalização de juros, é desejável para o Brasil. Talvez porque não tenha tido tempo para ler com mais cuidado o PND da Nova República.

Primeiramente, o Senador afirma que "nem os bancos credores estariam nisso interessados" para justificar sua crítica àqueles que vêm aspectos altamente positivos na obtenção de "dinheiro novo". Creio que o Governo brasileiro deve estar preocupado, antes de tudo, com os interesses do Brasil. Cabe ao Governo zelar por seus interesses e aos bancos pelos deles e não o contrário!

Quanto à conveniência do refinanciamento parcial dos juros, ela é necessária para reduzir a transferência líquida prematura de recursos reais ao exterior. A redução desta transferência permitirá aumentar as importações privadas de insumos e bens de produção, não disponíveis no mercado interno. Sem este espaço para as importações não será possível recuperar o nível de investimentos necessário à ampliação da base produtiva e do potencial de exportações. Aceitar os baixos níveis de investimentos de hoje significaria comprometer seriamente as possibilidades futuras de crescimento da economia brasileira.

O refinanciamento dos juros, ao contrário do que disse o Senador Roberto Campos, não implica de forma alguma expansão monetária. Uma leitura mais detalhada do PND faria ver ao Senador que a redução de transferência líquida de recursos ao exterior via aumento seletivo das importações do setor privado tem na realidade um efeito contracionista sobre a base monetária.

Além do mais, o aumento seletivo das importações do setor privado reduz o déficit de caixa do Banco Central, abrindo espaço para redução da taxa de juros. Esta redução permitirá ao setor privado retomar os investimentos necessários à modernização e ampliação do parque produtivo nacional. A redução da taxa de juros diminuirá, ainda, os encargos financeiros do Governo sobre a dívida pública, reduzindo o déficit financeiro do Governo Federal.

Como se vê, os efeitos positivos do refinanciamento parcial dos juros são muitos e desmentem a afirmação do Senador de que o Governo não tem uma estratégia de apoio ao setor privado. Pelo contrário, é a redução da transferência de recursos ao exterior que viabilizará a retomada do crescimento econômico com base no setor privado.

Portanto, Sr. Presidente, as críticas do Senador Roberto Campos à política econômica da Nova República trazem no seu bojo a intenção de confundir o entendimento das questões levantadas pelo Governo. Ao propor a volta a ortodoxia e a austeridade, S. Ex^o não quer que discutamos o déficit financeiro do Governo, gerado pelos anos de desmandos monetarista e de estatização da Velha República.

Trago para V. Ex^o, embora saiba que este Congresso não tem memória curta, alguns pronunciamentos de ilustres companheiros desta Casa, como, por exemplo, o

do Deputado Matheus Schmidt, feito na sessão de 27 de agosto de 1964. Ele se refere à compra da AMFORP, vou ler suas palavras:

"Sr. Presidente, desejava, nessa breve intervenção, salientar que não houve absolutamente compromisso do nosso Governo para compra da AMFORP. O que houve foi exclusivamente a assinatura de um memorando de intenção de compra feito de forma um tanto afoita pelo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o Sr. Roberto Campos, hoje Ministro do Planejamento e que advoga com tanto ardor a compra da AMFORP. O Sr. Roberto Campos, então Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, agiu de forma que violentou até a prática diplomática. Ele não recebeu instruções nem do Presidente do Brasil, nem do Itamaraty para fazer o que fez. Não recebeu essas instruções diretas das pessoas ou dos órgãos a que estava subordinado como Embaixador. Recebeu apenas um telex do então Ministro da Fazenda que não tinha realmente autoridade para decidir a matéria; já que o próprio decreto que instituiu a Comissão Interministerial que trata do caso da compra da AMFORP. As deliberações da Comissão Interministerial eram levadas ao Presidente da República, que tinha o poder exclusivo de decisão. Só o Presidente da República poderia ter dado autorização ao Sr. Roberto Campos para assinar aquele memorando de intenções de compra da AMFORP."

E segue. É um documento que V. Ex^os deveriam ter. Mas não é só ele. O Sr. Paulo Macarini fez as mesmas denúncias a respeito da atitude do Sr. Roberto Campos, homem que estatizou a AMFORP, que remeteu dinheiro para o exterior e que começou o endividamento da ELETROBRAS.

O Sr. Roberto Campos foi responsável por nada mais que 198 milhões de dólares pagos pela ELETROBRAS para a estatização da AMFORP, já provocando o nosso endividamento — endividamento que ele critica hoje, das empresas estatais, e por isso quer desestatizá-las.

O Sr. Eduardo Galil — Permite ou não V. Ex^o o aparte?

O SR. RALPH BIASI — Permite, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tendo terminado o tempo de V. Ex^o, solicitaria que não houvesse mais apartes. V. Ex^o está concluindo o discurso.

O SR. RALPH BIASI — Em segundo lugar, ao questionar a retomada do crescimento, o Senador prefere que nos submetamos aos nossos credores externos em detrimento das necessidades de criação de novos empregos e de investimentos. Por fim, o que ele chama de hesitação e timidez é, na verdade, a prática democrática de apresentação de propostas e de debates que, aparentemente, ele desconheceu durante os 20 anos e que continua confundindo.

Nobre Deputado Eduardo Galil, se o Sr. Presidente permitir, terei imenso prazer em conceder o aparte a V. Ex^o.

O Sr. Eduardo Galil — E um minuto só. V. Ex^o compulsou discursos, pesquisou nos Anais da Câmara, mas se esqueceu de tomar uma providência: V. Ex^o deveria ter pesquisado também os Anais do Senado Federal. Se fizesse, teria encontrado discurso do Presidente que V. Ex^o defende e aplaude, o Sr. José Sarney de elogios à política do Ministro Delfim Netto, dos vinte anos que V. Ex^o repudia. Esse discurso foi feito em resposta ao Presidente do partido de V. Ex^o, Deputado Ulysses Guimarães, quando afirmara que não era "rampeiro" para subir a rampa do Palácio do Planalto. Pergunto a V. Ex^o: será que não caberia V. Ex^o fazer um cotejo, uma vez que o Presidente que V. Ex^o defende cita dados para justificar a presença do Brasil no FMI, dizendo que os juros são reduzidos e não havia nada de mais em se recorrer ao FMI, ou será que esse metamorfose de tê-lo na Presidência da República o teria modificado a respeito de conceitos de ordem econômica, política e social?

O SR. RALPH BIASI — respondendo ao seu aparte e ao feito anteriormente pelo Deputado Agnaldo Timóteo: nós, da Aliança Democrática, elegemos para Presidente o estimado Dr. Tancredo Neves, e o destino nos deu o Presidente José Sarney. Felizmente foi ele, porque a sua conduta como homem público tem sido correta, digna e sôbria, em tempo, reconhecer os males da ditadura, coisa que V. Ex^a não fez até hoje. Ele dignifica o nosso País e a nossa República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Celso Barros, como Líder.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o espírito da civilização nasceu com o das cidades. A história dos povos teve sempre início nas comunidades urbanas formadas pela própria ordem natural em que o nascimento e a continuidade da vida explicam a própria existência das cidades. O próprio termo cidade, relacionado com *civitas*, vem de *civis* — cidadão — e só o exercício da cidadania pode explicar a origem das cidades, por não se compreender que se dê o nome de cidade a uma comunidade em que não se pratique a cidadania.

Nesse sentido, Brasília não pode ser considerada uma cidade, pelo menos até o momento em que não lhe foi reconhecido o direito de votar, ou, antes, apresenta-se ela com a figura e com a imagem de uma cidade diferente, uma cidade que não nasceu de um espírito comunitário, mas que foi formada através de um processo de técnica e de racionalização e, portanto, em sentido inverso àquele que informa o espírito das cidades.

Basta ler "La Cité Antique", de Foustel de Coullanges, para verificar-se que as cidades primitivas foram aquelas comunidades que praticaram a democracia através do voto. E não precisamos multiplicar os exemplos, pois quando o espírito de uma comunidade se estrutura em ordem a uma identificação de que a vida da comunidade traduz as aspirações do povo, esta comunidade identifica-se com o próprio Estado, como foi o exemplo da Grécia, ou quando essa comunidade encarna o próprio poder, ela se manifesta através de Roma, onde a cidade era o próprio poder. Estas palavras servem apenas para mostrar que Brasília está adquirindo o sentido de comunidade, mas só vai constituir-se precipuamente em cidade a partir do momento em que o seu povo tiver o direito de escolher aqueles que vão decidir os seus próprios destinos.

O espírito e a larga visão de Juscelino Kubitschek transportaram para essas paragens aquele dinamismo técnico do qual nasceu Brasília, a cidade do futuro e da esperança. Não era ela propriamente uma cidade, mas apenas o centro do poder, esse poder que não emanava do espírito e da vontade da sua população diversificada, mas o poder emanado daqueles que aqui construíram, não o espírito da comunidade, mas os interesses políticos concentrados em torno do Palácio do Planalto.

Hoje, a comunidade de Brasília alimenta a esperança de que, dentro de pouco tempo, terá conquistado o seu espírito de cidadania, espírito este que só se pode explicar na plenitude dos seus valores, quando a comunidade de Brasília for convocada para manifestar a sua vontade no tocante à escolha dos seus dirigentes. E é a isto que visa o projeto de emenda constitucional há pouco lido pela dourada Presidência desta Casa, e ele representa um momento definitivo na história de Brasília. Por isto mesmo, esse projeto trouxe para cá uma assistência constante de representantes da comunidade de Brasília, precisamente para assistir à leitura do projeto na expectativa de que o Congresso Nacional, sentindo essa presença, venha a dar a resposta global às aspirações dos brasileiros. E aquela cidade nascida na chapada que hoje é Brasília...

O Sr. Agnaldo Timóteo — Mais do que justo, Deputado.

O SR. CELSO BARROS — ...nascida da técnica e também do idealismo vai converter-se numa cidade comunitária em que deverão ser preservados aqueles valores que sempre atuaram no espírito da comunidade nacional. Isso mostra a relevância desta proposta de emenda constitucional, não somente para que Brasília tenha

seus Senadores e seus Deputados eleitos pelo povo, para que tenha não só a representação federal, mas também a representação de que necessita a sua comunidade para que, através dela, se possam resolvê-los os seus problemas.

Ouço o nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Nobre Deputado, mais do que justa a aspiração da população de Brasília. No sonho de ontem, realidade de hoje. Mais do que justo que seus habitantes escolham seus representantes. Não se justifica realmente que a Capital da República não tenha representação no Congresso Nacional. Consideramos esse um fato relevante, e estamos certos de que o Congresso Nacional saberá respeitar essa relevância. Seguramente muito breve, Brasília terá representatividade no Legislativo Federal, como as demais Unidades federadas do Brasil. Muito obrigado. (Palmas nas galerias.)

O SR. CELSO BARROS — E este o objetivo que devemos colmar, a partir de hoje com a leitura desta mensagem em torno da qual, de agora em diante, irão pensar os brasileiros, confiados na determinação deste Congresso, de que ele, compreendendo aquela situação de exceção em que foi colocada Brasília, saiba corresponder às aspirações dos brasileiros, no sentido de que o povo, na primeira oportunidade, possa livremente encaminhar-se para as urnas e depositar nelas o seu atestado de cidadania, que até agora lhe foi negado numa usurpação do poder.

Brasília, que nasceu à sombra do Poder, que sempre foi conduzida pela força do Poder, adquire agora matrícula política, porque a sua comunidade, formada de pessoas dos mais diversos Estados do Brasil, sobretudo daqueles mais pobres, para cá vieram à procura de trabalho, e que aqui sacrificaram, às vezes, a própria vida — é o que se deduz daquela denominação tão característica de *candango* —, hoje vai não apenas reviver a esperança que se abriu nos seus claros céus, através do idealismo de Juscelino Kubitschek, mas vai também repousar neste Congresso Nacional a sua confiança, para que, passando pelas urnas populares, possa adquirir o sentido da sua grandeza política e da sua cidadania.

Dai, por que, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o Partido da Frente Liberal, através da sua Liderança na Câmara dos Deputados, em harmonia com as palavras já aqui manifestadas pela sua Liderança no Senado Federal, sente-se profundamente satisfeita em saber que vai contribuir positiva e decididamente, para que a cidade de Brasília, nascida sob o império da técnica e das diretrizes da razão, possa agora conquistar seu espírito de comunidade e fazer valer aquele direito legítimo que ela conquistou, se não no seu nascimento, pelo menos através da sua própria vida, de como escolher seus governantes, mediante manifestação livre da vontade popular. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, como Líder do PDS, ao nobre Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero manifestar a minha solidariedade ao ilustre Deputado Celso Barros pela colocação feita sobre o direito de voto que assiste à Capital deste grande País, Brasília.

Sr. Presidente, tampouco poderiam ficar sem resposta as aluções que permitiram ao Deputado Ralph Biasi enxergar na Nova República em seu setor econômico acertos e benefícios que se traduzam no bem-estar da população brasileira. Esmerou-se S. Ex^a em pesquisar os Anais desta Casa, em buscar discursos e pronunciamentos, em tecer acusações aos Ministros passados da área econômica, apontando contradições em todos eles. Esqueceu-se, porém, de registrar a postura e a colaboração do atual Presidente ante tudo aquilo que, segundo ele, contribuirá para a desgraça da população brasileira. Pelo contrário, tecê-los ao Sr. José Sarney, dizendo que se porta com muita dignidade na Presidência da República, e, como na Presidência da República S. Ex^a se encontra, como por um passe de mágica, essa investidura lhe ilide a responsabilidade pelo passado, que repudia e aponta como causa dos males do presente, e possivelmente do futuro. O Presidente José Sarney apoiou toda

essa política repudiada, achincalhada, e o fizera não só contra Ulysses Guimarães, mas também contra Tancredo Neves, e contra os expoentes maiores da oposição da época. Mas agora S. Ex^a mudou, porque está na Presidência da República. Mudou, conforme aquela expressão de Theodoro White no sentido de que "a proximidade do Poder aumenta a dignidade dos homens".

Entretanto, pergunto que acerto é este, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na política econômica, que não necessita de rebuscamientos. O Líder do Governo está ali, na sua bancada, e poderá responder-me. No princípio do ano, a carne de boi custava 6 mil cruzeiros o quilo, e, hoje, o povo, para comê-la, tem de pagar 30 mil cruzeiros.

O Sr. Hélio Manhães — Permite-me um aparte, Deputado Eduardo Galil?

O SR. EDUARDO GALIL — Se V. Ex^a me responder como isto é um acerto, poderá apartear-me. Onde está o acerto de uma política econômica que permite que o preço da carne de boi, há 7 meses 6 mil cruzeiros o quilo hoje seja de 30 mil cruzeiros. É justo isto?

O Sr. Hélio Manhães — Nobre Deputado Eduardo Galil, V. Ex^a, como parlamentar experiente — e aqui no plenário desta Casa há alguns Deputados atentos até esta hora — há de concordar em alguns aspectos. V. Ex^a quer fazer, agora, o julgamento para a História dos cinco meses do Governo da Nova República — ou sete meses; descontamos aquele período dramático, com as dificuldades de implantação do Governo. Admitimos que sejam sete, mas podiam ser oito. Numa análise não apaixonada, feita com isenção, verifica-se que este Governo está iniciando com um esforço patriótico de corrigir exatamente os vinte anos de desarrumação do Governo do partido de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO GALIL — Que o Sr. José Sarney defendeu e com o qual colaborou.

O Sr. Hélio Manhães — Duvido, Deputado Eduardo Galil, que nas ruas deste País alguém tenha coragem de condenar o processo que se inicia, dizendo que é culpado pela desgraça deste país durante vinte anos, tanto na economia, como em fatos que acontecem diariamente na sociedade brasileira como um todo. V. Ex^a sabe o que é governo. A filosofia de governo não se pode desligar dos fatos. Evidentemente, a crise aí está com aumento de preço de gêneros em geral. O Governo tenta conter o processo da inflação, a alta do custo de vida, está lutando no campo da política internacional, tenta estabelecer uma nova diretriz em todos os campos da Administração Pública deste País, mas encontra o foco de corrupção, da irresponsabilidade e da incompetência. Acredito, até que não será o Governo do Presidente José Sarney que conseguirá repor o Brasil no rumo da normalidade do respeito que, evidentemente, este País está a reclamar. De forma que não se trata apenas de responder a V. Ex^a sobre a causa do aumento do preço da carne. V. Ex^a deve responder se o que aconteceu no Brasil, durante vinte anos, não tem reflexo imediato na crise que a economia vive, hoje — e o preço que o povo brasileiro está pagando é alto. Quem tem que perguntar somos nós, do PMDB; quem tem que perguntar a V. Ex^a, do PDS, é a opinião pública deste País. Aliás, seu partido está tão esfacelado e tão desmoralizado que hoje sequer pode disputar eleições na Capital do Estado. Portanto, quem está dando a resposta é o povo nas ruas. Nós é que temos que perguntar, não V. Ex^a. O PDS não tem autoridade moral para perguntar coisíssima nenhuma.

O SR. EDUARDO GALIL — Sr. Presidente, gosto de satisfazer os curiosos, e de fazê-lo na plenitude da resposta. Quem sou eu, porém, modesto Deputado de duas Legislaturas, para responder sobre a desgraça, a desmoralização de vinte anos passados? Sempre fui um Deputado modesto, humilde, mas hoje, como político, acho que o PMDB tem o direito de questionar, de instituir até mesmo uma CPI. Tem de chamar o maior convededor dos fatos, colocá-lo sentado frente à comissão e indagá-lo a causa da desgraça. Por que esses focos de corrupção? É preciso deixar de bater palmas, de dizer amém, "sim, senhor". O primeiro a ser questionado é o

St. José Sarney, porque além de Líder do Governo do PDS, de Presidente do Partido do Governo, seu genro era Diretor da Caixa Económica. Pessoalmente, não tenho parente sequer como zelador na Nova República, como não tive na Velha República. O Sr. José Sarney entende muito bem de administração, porque o atual Governo está repleto de parentes, de afins e de cabos eleitorais. Falou-se aqui em mordomia. Esquecem-se de quanto foi gasto para criar as mordomias dos novos Ministérios. Quer-se soterrar o passado. Indago de V. Ex^a: quais as reservas cambiais recebidas, quais as reservas de petróleo? O Brasil atingirá a auto-suficiência em petróleo, dentro em breve. O preço do petróleo se reduz, mas o preço da comida encarece cada vez mais neste País. Caiu o preço do petróleo; não há crise lá fora que justifique o arrocho que se verifica no Brasil. Eles dizem que nada podem resolver. Atinge-se um índice de inflação de 14% ao mês, e dizem que está melhor do que antigamente, quando jamais se chegou a tal índice. Chega-se a negar aos prefeitos municipais o que se havia prometido. A emenda Ayrton Sandoval foi também assinada pelo próprio José Sarney. Os prefeitos deslocam-se do interior, de todos os cantos do País, mas quando aqui chegam rasgam a emenda na cara de todos eles. Os vereadores são tão aplaudidos na época de eleições, mas quando precisam de salários condizentes com o cargo que ocupam, atiram um veto na cara deles. E, assim, a Nova República vai de tropeço em tropeço. Iam às portas das fábricas e prometiam mundos e fundos aos trabalhadores, mas, quando assumem a Presidência da República, inventam pactos para negar a trimestralidade de salários. E ainda perguntam a mim o motivo da desgraça. E dizem que sou culpado disso. Culpado é o Presidente que V. Ex^as apóiam. V. Ex^as pedem cargos e empregos. Vão perguntar a Sua Excelência o que pode dizer a esta Nação. Vão perguntar a Sua Exceléncia as justificativas que fazia, no Senado da República, de tudo aquilo que usufruía e participava, e não fazer essa pergunta a um Deputado que procura aqui, modestamente, representar o seu Estado e os anseios da população brasileira.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO GALIL — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Nobre Deputado, o que nos frustra e nos indigna é que eles falam da desgraça do Brasil, mas se esquecem de falar nas suas maravilhas. Seria bom que esses partidos que detêm hoje o poder e que tanto brigaram, prometeram, mentiram, para ocupar o poder, entendessem que nosso País é hoje a 8^a economia mundial; seria bom lembrar a esses cavalheiros que este é um País moderno, com moderna tecnologia. Eles encontraram tudo prontinho: as estradas asfaltadas, automóveis moderníssimos — construídos aqui, na tal de Velha República — usinas nucleares, usinas hidrelétricas, aeroportos internacionais, que eles inauguraram e tiraram um sarro, como se fossem promotores dessas maravilhas. Esse pessoal da esquerda vive falando em 21 anos de autoritarismo. Desafio que me mostrem um que não estivesse bem empregado, nesses 20 anos, ocupando cargos relevantes nas empresas de comunicação. Nunca tiveram o seu trabalho obstado por ninguém, fizeram o que bem entenderam. Vem Figueiredo e dá anistia para os políticos que estavam lá fora. O PMDB fugiu do plenário, porque não queria dar anistia a Leonel Brizola e outros.

O Sr. Hélio Manhães — Não é verdade.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Quem deu anistia foi o PDS de Figueiredo.

O Sr. Hélio Manhães — Não é verdade, Deputado, a Oposição desfraldou a bandeira da anistia no Brasil.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, V. Ex^a quer advertir o nobre Líder do PMDB de que estou dando um

aparte? Então, nobre Deputado Eduardo Galil, João Figueiredo, a quem agredi violentamente na campanha de 82 — e hoje me desculpo, porque tenho certeza de que nenhum governante quer ser odiado pelo povo — fez o mesmo esforço que faz hoje o ex-pedessista José Sarney, e hoje peemedebista José Sarney no sentido de encontrar soluções para os problemas brasileiros. Evidentemente, em muitos momentos a situação era diferente, as dificuldades eram maiores. Vejam V. Ex^as, por exemplo, quando o barril de petróleo passou de um preço modesto para um preço astronômico. Fala-se, nobre Deputado, na dívida externa que o Brasil não vai pagar, como se o Brasil estivesse pagando dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nobre Deputado, solicito que o aparte seja regimental. V. Ex^a está fazendo praticamente um discurso paralelo.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Pensei que fosse prerrogativa do Deputado conceder-me o aparte. V. Ex^a, como Presidente do Senado, está patrulhando o pronunciamento de um Deputado Federal do Rio de Janeiro. V. Ex^a vai perdoar-me, mas não aceito esse posicionamento. Estou cansado de ser patrulhado nesta Casa. Sou representante do povo, aqui dentro, com os mesmos direitos dos demais. Estou fazendo colocações objetivas e claras sobre o Brasil grandioso em que vivemos hoje. Que direito temos eu, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha, Betânia, Gai, Gil e tantos outros de reclamar alguma coisa? Ficamos famosos e até ricos nesses 20 anos, e esses vigaristas continuam dizendo que viveram 21 anos de autoritarismo. Por que não se mudaram para Cuba? Por que não foram para Moscou, para a Polônia? Verdadeiros mentirosos! Este é um País maravilhoso, onde todos têm o direito de dizer o que bem entendem. E foi Figueiredo quem deu anistia ampla para a imprensa. Infelizmente abriu tanto espaço para a imprensa que ela enalteceu e endeuou o adversário de Figueiredo e arrebatou aquele que, aparentemente, era o candidato do sistema. Só que o aparente era o candidato do sistema, era o candidato da Oposição. Porque o candidato do sistema é aquele que tem apoio dos americanos, dos banqueiros e da grande imprensa, e este era Tancredo Neves, o homem — com todo respeito — que em 50 anos não deixou nada de heranças, a não ser a sua inteligência.

O SR. EDUARDO GALIL — Agradeço o aparte a V. Ex^a. Mas, sr. Presidente, Srs. Congressistas, a política econômica — apesar, até reconheço, de certa boa intenção do Ministro Dilson Funaro — destina-se a um absoluto fracasso.

Citei o preço da carne, como poderia citar o preço do cimento, que em 1983 custava 800 cruzeiros o saco e hoje custa 27 mil cruzeiros.

O Sr. Hélio Manhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO GALIL — Essa indústria, a mais cartelizada deste País, que exerceu o abuso do poder econômico, ao arreio de toda a legislação pertinente ao assunto, recebeu do Governo meu apoio inacreditável.

O Sr. Hélio Manhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO GALIL — Vou conceder o aparte a V. Ex^a tão logo tenha satisfeito sua curiosidade com relação à participação do seu Presidente nos vinte anos passados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se avizinha neste País como um dos maiores escândalos é esta guarda que se deu à especulação com a carne de boi, no Ministério da Agricultura. O Ministro reuniu empresários e disse que fez um acordo de cavalheiros. Ali celebraram um acordo da máfia, desastroso para a população brasileira, e que vai liquidar o nosso rebanho leiteiro. Este preço desmedido, que encheu os cofres dos frigoríficos, vai acabar por obrigar o Brasil a importar leite em pó.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O tempo do nobre orador está esgotado.

O SR. EDUARDO GALIL — Peço a V. Ex^a mais dois minutos para concluir o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito a V. Ex^a que não conceda mais apartes, justamente para que possa concluir seu discurso.

O SR. EDUARDO GALIL — Pois não, Sr. Presidente. Lamento, então, não poder conceder o aparte ao Deputado Hélio Manhães.

O pecuarista manda suas matrizes para o matadouro porque hoje é mais rendoso vender a carne do que produzir o leite. O Ministro da Fazenda anunciou que vai importar e fazer um estoque regulador. O Itamarati disse que não se poderia importar do Mercado Comum Europeu, porque o Presidente da República assumira, no Uruguai, o compromisso de importar carne daquele país.

Passam poucos dias, e o Ministro da Agricultura, na Voz do Brasil, disse que não se vai importar carne de lugar algum. Que política é essa? Que autoridade moral permite um fato como esse, ou seja, que alguém tripudie sobre os governos anteriores? Que fato é esse que veste em roupagem beatifica esses falsos salvadores da Pátria, que mais se apresentam como moedas falsas? E assim vamos.

Não vou entrar no setor de computação do Banco do Brasil para não deixar ninguém mal, pessoalmente. Não pretendo entrar na especulação com o preço do café na bolsa de mercadorias para não comprometer ninguém. Não pretendo, Sr. Presidente, ultrapassar os fatos e os números e fazer o confronto dessa inflação fictícia de 9,1 com os preços nos supermercados dos gêneros de primeira necessidade da população brasileira, com o custo dos transportes, com o preço da assistência médica, só podem deixar no raciocínio das pessoas conscientes que esses índices são verdadeiros estelionatos econômicos praticados na História deste País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, conluiu dizendo à Oposição que jogue as pedras para trás com muita cautela, para não atingir a si própria.

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra para Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Deputado Ralph Biasi já falou, nesta sessão, em nome da Liderança do PMDB.

O Sr. Hélio Manhães — Requeiro, então, a V. Ex^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Ex^a a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, embora saiba do cuidado de V. Ex^a para com o cumprimento da norma regimental, pediria que não fizesse constar dos Anais da Casa algumas expressões anti-regimentais proferidas pelo Deputado Agnaldo Timóteo, principalmente em relação a autoridades do Governo e à pessoa do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A solicitação de V. Ex^a será atendida, se, de fato, as expressões forem anti-regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 12 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 21, de 1985-CN (10^a sessão), e 20, de 1985-CN (4^a sessão).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

Ata da 301ª Sessão Conjunta, em 3 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli.

ÀS 20 HORAS E 12 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Alíbano Franco — Heráclito Rolemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Victor, Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Corrêa Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçal — PDS; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Alfredo Marques — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Assunção de Macêdo — PMDB; Jessé Freire — PFL; Wanderley Mariz — PDS.

Parába

Aluízio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Walter Baptista — PMDB; Carlos Magalhães — PDS.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PFL; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevír Dantas — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Décio dos Santos — PDT; Denízar Arneiro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Eduardo Galil — PDS; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PDS; José Frejat — PDT; Mário Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Atafde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humber-

to Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabirola — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rolemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Cajado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturval Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS; Edson Garcia — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato

Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Gavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darley Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Harry Amorim — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Moçarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Senhores Senadores e 326 Senhores Deputados

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, uma das situações mais trágicas hoje no mundo é, sem dúvida alguma, a libanesa. O Líbano acabou como país. Em poucos quilômetros quadrados, onde se desfazem as fronteiras libanesas, já não existe mais um só governo, mas vários. No Líbano, área menor que a cidade do Rio de Janeiro, morrem centenas de pessoas diariamente. Lá Sr. Presidente, chega-se ao extremo de o Ministro da Justiça falar em nome de terroristas e sequestradores. O Líbano deixou de existir como nação, os ministros se odeiam, os ministros mudam de domicílio a cada vinte e quatro horas com medo de serem assassinados.

O Líbano, é, hoje, sem dúvida alguma, pior do que Uganda, do que Cuba nos anos que sucederam à revolução de Fidel Castro, pior do que Biafra. É um país que, em sofrimento, é impar na História da humanidade. Nem as atrocidades hitleristas, nem a perversidade de Stálin, em proporção de população e território, superaram jamais o que ocorre no Líbano.

Há necessidade de que as nações livres tenham do Líbano esta visão e mantenham, pelo menos, o estritamente necessário de apoio àquela população sofrida e intervenham no sentido de buscar uma paz que sem isso jamais poderá vir.

Não há, no Líbano, uma família que não tenha perdido alguém nesta guerra; não há, no Líbano, uma pessoa que possa viver em paz com a própria consciência, porque todos impunham armas de guerra mortais inclusive, crianças de nove anos de idade, matando e morrendo.

Daí, Sr. Presidente, quando o Governo brasileiro toma atitudes contra o apartheid, que todos nós repudiamos na África do Sul, deveria tomar posição firme, no sentido de ajudar a cessar os conflitos nas terras libanesas. Para isso, seria necessário que o mundo livre

começasse por reconhecer a existência de vários países dentro de um mesmo território. Não se pode dar crédito a este ou àquele Ministro, e as relações entre os países só se podem processar visando a ajuda humanitária, mas jamais na reciprocidade de certos interesses que poderiam, no futuro, ferir os direitos humanos. Daí exaltar o Governo brasileiro para que assuma a liderança, não só pelo extraordinário número de libaneses que se fizeram brasileiros — mais de seis milhões; Brasil é maior que o Líbano — mas, acima de tudo, pela nossa tradição humanista, pela nossa tradição cristã, que nos impinge e impulsiona no sentido de lutarmos pela paz.

Faço este apelo ao Governo brasileiro, que, creio, poderá, com desembaraço e desenvoltura, e com o respeito de todos os brasileiros, muito bem desempenhar funções para levar a paz à pátria libanesa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão da Câmara, hoje, às 15 horas, fiz um pronunciamento abordando a conduta irresponsável, desonesta, covarde, desleal e demagógica do Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Engenheiro Leonel "isola", e, no calor dos debates, acabei esquecendo-me de fazer duas colocações da maior importância.

Quero sugerir aos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro que se comprometam com a população a criar duas secretarias de fundamental importância — Sefaz, Secretaria das Favelas, e a Semut, Secretaria Municipal de Transportes — para que o Rio de Janeiro, no caso do transporte, independesse das determinações do Estado, e, em relação às favelas, para que elas fossem vistas como um todo, não com a preocupação de se agradar a mil pessoas aqui, quinhentas pessoas ali. São dois milhões de favelados vivendo da maneira mais submiseria no Rio de Janeiro. Será necessário que o próprio Prefeito crie essa Secretaria — Secretaria da Favela do Município do Rio de Janeiro — para que os moradores tenham pelo menos um intercâmbio direto das suas dificuldades com o Governo do Município. E muito gratificante que assistamos lá à construção de um ou outro CIEP — e até fiz questão de elogiar as obras que estão sendo realizadas no Rio de Janeiro, não porque são realizadas pelo governador, mas porque são idealizadas por um gênio da arquitetura, Oscar Niemeyer, pagas, evidentemente, com o nosso dinheiro, pois pagamos 800% a mais de IPTU. O Governador do Estado apenas manipula o dinheiro e, desgraçadamente, o faz de maneira muito desonesta, já que não há mais dúvidas de que nunca se corrompeu tanto no Rio de Janeiro. No Governo passado, chamado chaguita, havia, talvez, maior liberdade para que todas as pessoas participassem da administração. Hoje, não. A quadrilha do Leonel Brizola é restrita. São apenas algumas pessoas: Jercy Sarmento, Cibilis Viana, Paulo Ribeiro. É uma quadrilha pequena, mas continua roubando uma barbaridade, como jamais se roubou naquele Estado.

Então, é uma sugestão que deixo para o futuro Prefeito: que tenha, pelos favelados, hoje dois milhões de seres humanos, que tenha por este povo o respeito que o povo merece, já que não se cria uma orientação, uma motivação para que essas pessoas voltem para o campo, produzam e vivam de maneira mais decente, já que é impossível que criem este mecanismo. Foi uma das minhas cobranças aos então candidatos Tancredo Neves, Paulo Maluf e Mário Andreazza, e nenhum deles me respondeu sequer como seria esta motivação para que essas pessoas voltassem para o campo e criassem condições de ali viverem com decência, para que o Brasil pudesse produzir muito mais e até sair de determinados momentos de sufoco. Já que essas pessoas não podem sair das suas favelas, porque não têm nenhum motivo especial para isso, que tenhamos por essa população de dois milhões de pessoas o carinho e o respeito que elas merecem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hélio Manhães.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eis, de forma sintética, como entendemos os grandes desafios que temos pela frente.

Não queremos atribuir ao Governo que se instalou há poucos dias méritos que possam não estar ajustados à realidade que buscamos, mesmo porque o julgamento para a História não se faz em início de Governo. Há quem não dê crédito àqueles que iniciam uma obra de governo — e são próprias do regime democrático manifestações apaixonadas de inconformismos marcadas pelo despeito e, às vezes, pela inveja. Algumas críticas passam muito do limite do normal e, extrapolando esse limite, são despropositadas, marcadas pelo exagero e pela emoção mais forte. Às vezes de nada servem. Falar que o Governo está errado num determinado segmento da sua política, e não indicar uma solução qualquer, de nada adianta. Quem disser que alguns Ministros estão agora envolvidos em processos de mordomias, porque novos Ministérios foram criados, terá de citar fatos concretos — quem é o Ministro, qual é o Ministério, quais mordomias são essas — para que possamos promover uma apuração rigorosa. É difícil responder à crítica aleatória, sem precisão, sem limites.

O Sr. Eduardo Galil — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há apartes em Breves Comunicações.

O SR. HÉLIO MANHÃES — Não haveria necessidade de aqui dizermos se está ou não o Presidente Sarney exercendo com absoluta dignidade o seu mandato. A opinião pública deste País assim o tem entendido, tanto que quer Sarney como Presidente do PDS. O Presidente Sarney, em determinado momento, fez uma revisão do seu comportamento político-partidário, aceitando um compromisso, um pacto com a Nação brasileira, mas o compromisso maior foi assumido por Tancredo Neves, estabelecendo os alicerces ideais da Nova República, numa tentativa desesperada para tentar mudar os rumos deste País, mergulhado na desmoralização, na falta de crédito, na corrupção, na incompetência, na irresponsabilidade. E quanto a esse julgamento que se faz contra o partido que estava no poder, temo-lo hoje em todas as Capitais dos Estados, onde sequer o PDS está disputando uma eleição para prefeito, onde os índices de opinião pública são simplesmente vergonhosos para nós, que formamos a Aliança Democrática. Assumimos a responsabilidade da grande caminhada que ainda vai longe, temos ainda muito a fazer. Não caberia discutir aqui, isoladamente, um item só da economia, nem a maneira como estão lutando o Ministro da Agricultura e o Presidente da República para conter o preço da carne, e medidas nesse sentido já estão sendo tomadas. Ainda outros reparos precisam ser feitos. A obra de um só Governo não seria bastante para restabelecer a normalidade administrativa no Brasil. Não queremos dizer que está tudo certo, que este Governo nasceu totalmente vitorioso, mas agora despontou a esperança de que haveremos de nos unir e encontrar solução para os grandes desafios que aí estão. Para isso, convocamos aqueles que desfruiram ontem a dar uma mãozinha na obra de reconstrução deste País. Fazer crítica sim, mas fundamentada, honesta e construtiva, para tirar o Brasil do atoleiro onde eles mesmos o colocaram.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 63, de 1985-CN, referente ao voto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1981 (nº 2.031/79, na origem), que acrescenta inciso ao artigo 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1985-CN (apresentado como

conclusão do parecer proferido em Plenário pelo Senhor Deputado Jorge Arbage), aprovando os textos dos Decretos-leis nºs 2.149, de 3 de julho de 1984, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público e dá outras providências; e 2.177, de 3 de dezembro de 1984, que altera os valores e percentuais constantes do anexo ao Decreto-lei nº 2.149, de 3 de julho de 1984, e dá outras providências (incluindo em Ordem do Dia, nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição — 10ª sessão).

A votação da matéria deixa de ser procedida em virtude da evidente falta de *quorum* no plenário. Pelo mesmo motivo deixa de ser submetida à votação a matéria constante do item 2 da pauta.

E a seguinte a matéria constante do item 2 da pauta:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 26, de 1985-CN, vencido o Senhor Deputado Jacques D'Ornellas), aprovando o texto do Decreto-lei

nº 2.152, de 18 de julho de 1984, que estende o prazo limite fixado no Decreto-lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 85

Está circulando o nº 85 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 438 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- Hierarquia entre normas constitucionais — Nelson de Sousa Sampaio
- Parlamentarismo vs. Presidencialismo — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho
- Considerações sobre o federalismo — José Nilo de Castro
- O sistema federalista e a integridade do Brasil — Paulo de Figueiredo
- Do Estado unitário ao Estado regional — Moacyr Benedicto de Souza
- Federalismo e autonomia municipal — Valmir Pontes Filho
- Descentralização do Poder: Federação e Município — José Alfredo de Oliveira Baracho
- A aplicação extraterritorial de leis nacionais — José Carlos de Magalhães
- O controle legislativo dos atos internacionais — Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros
- Iniciativa de lei complementar de normas gerais de Direito Tributário — Geraldo Ataliba
- História e sistema em Teixeira de Freitas — Nelson Saldanha

Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano — Jürgen Santleben

Função social da propriedade — Wellington dos Mendes Lopes

A usucapião especial no Brasil: evolução ou descaracterização de um instituto jurídico romano? — Anna Maria Villela

Desapropriação por utilidade pública — Therezinha Lucia Ferreira Cunha

Do registro na desapropriação e aspectos processuais na proposta para uma nova lei — Raimundo Viana

O mérito do ato administrativo perante o Judiciário — José Jappur

Concorrência desleal: a imitação de marca (ou de seu componente) como forma de confusão entre produtos — Carlos Alberto Bittar

Vídeo-clubes, distribuidores, locadores e revendedores de vídeo-cassetes: sua posição frente ao Direito de Autor — Antônio Chaves

La prisión provisional en España y la crisis de una ley socialista — Antonio Mº Lorca Navarrete

DOCUMENTAÇÃO

- Constituição Federal e Constituições estaduais — Leyla Castello Branco Rangel

Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000

À venda na SUBSECRETARIA
DE EDIÇÕES TÉCNICAS
SENADO FEDERAL
— Anexo 1 — 22º andar

Preço
do
exemplar
Cr\$ 12.000

Praça dos Três Poderes
70.160
— BRASÍLIA — DF
Telefone: 211-3578

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília,
a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Atende-se também pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição - 1984
Preço = Cr\$ 10.000

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

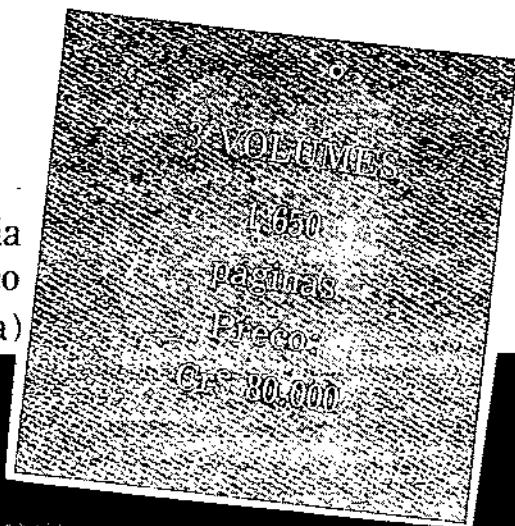
Encomendas mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal, a favor
da Subsecretaria de Edições Técnicas do Se-
nado Federal.

Atende-se também pelo reembolso pos-
tal.

CEP: 70160

LEIS COMPLEMENTARES À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Legislação citada
Histórico
(tramitação legislativa)



Textos das Leis
Complementares
Nºs 1, de 1967, a 48, de 1984

A venda na
Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal
Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque visado nominal
à Subsecretaria de Edições Técnicas ou de vale postal da EBCT.

Atendemos também pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00